

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES  
QUIROGRAFÁRIAS E NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA 14ª EMISSÃO DE  
BRASKEM S.A.

BRASKEM S.A., companhia aberta, com sede na Cidade de Camaçari, Estado da Bahia, na Rua Eteno 1561, Pólo Petroquímico, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 42.150.391/0001-70, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora"); e

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros 717, 6º e 10º andares, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 50.657.675/0001-86, neste ato representada nos termos de seu contrato social, como agente fiduciário, nomeada nesta Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) e nela interveniente ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos titulares das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures" e "Debenturistas");

resolvem celebrar esta "Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da 14ª Emissão de Braskem S.A." ("Escritura de Emissão"), de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A emissão das Debêntures e a Oferta (conforme definido abaixo) são realizadas com base na deliberação da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 2 de agosto de 2006, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado da Bahia em 11 de agosto de 2006 e publicada no "Diário Oficial do Estado da Bahia" e nos jornais "Gazeta Mercantil", edição nacional, e "A Tarde", em 17 de agosto de 2006.

2. REQUISITOS

- 2.1 A emissão das Debêntures e a Oferta serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:
- I. *inscrição desta Escritura de Emissão.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ter sido inscritos na Junta Comercial do Estado da Bahia;
  - II. *registro para distribuição e negociação.* As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário através do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela CETIP –



Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e (b) negociação no mercado secundário (i) através do SND – Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e (ii) através do Sistema BovespaFix ("BovespaFix"), administrado pela Bovespa – Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC");

- III. *registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM")*. A Oferta deverá ter sido registrada na CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei n.º 6.404/76"), da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 400/03"), e demais disposições legais e regulamentares pertinentes; e
- IV. *registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID")*. A Oferta deverá ser registrada na ANBID no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data da concessão do respectivo registro pela CVM, em atendimento ao Código de Auto-Regulação ANBID para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, de 22 de setembro de 2005 ("Código de Auto-Regulação ANBID").

### 3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 3.1 A Emissora tem por objeto social (i) a fabricação, comércio, importação e exportação de produtos químicos e petroquímicos; (ii) a produção de bens utilizáveis pelas empresas componentes do Pólo Petroquímico do Nordeste, tais como fornecimento de vapor, águas, ar comprimido, gases industriais, energia elétrica, assim como a prestação de serviços diversos às mesmas empresas; (iii) a participação em outras sociedades, como sócia cotista ou acionista; e (iv) a fabricação, distribuição, comercialização, importação e exportação de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo e outros derivados de petróleo.



4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos obtidos pela Emissora com a Oferta, inclusive por força do eventual exercício da opção relativa às Debêntures Suplementares (conforme definido abaixo) e/ou da opção relativa às Debêntures Adicionais (conforme definido abaixo), serão utilizados para pagamento de diversas obrigações de principal e de juros devidos no curto prazo decorrentes de operações de mercado de capitais interno e externo. O saldo dos recursos captados e não utilizados para liquidação de dívidas, serão utilizados para reforço de caixa da Emissora.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública ("Oferta"), sob o regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, devendo a Oferta ser efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo).
- 5.2 *Coletas de intenções de investimento (bookbuilding).* Será adotado o procedimento de *bookbuilding*, organizado pelas instituições intermediárias da Oferta ("Coordenadores"), por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM n.º 400/03, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, juntamente com a Emissora, da Remuneração (conforme definido abaixo) ("Procedimento de Bookbuilding").
- 5.2.1 O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado pelo conselho de administração da Emissora e será divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM n.º 400/03, bem como será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão.
- 5.3 *Prazo de subscrição.* Respeitadas (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do anúncio de início da Oferta, que deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias contados da data da concessão do registro da Oferta na CVM ("Anúncio de Início"); e (iii) a disponibilização do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo") aos investidores, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data da publicação do Anúncio de Início.
- 5.4 *Forma de subscrição.* As Debêntures serão subscritas por meio dos procedimentos da CETIP.



5.5 *Forma de integralização.* As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.

5.6 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND e do BovespaFix.

## 6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

6.1 *Número da emissão.* As Debêntures representam a 14ª (décima quarta) emissão de debêntures da Emissora.

6.2 *Valor total da emissão.* O valor total da emissão é de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais.

6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 50.000 (cinquenta mil) Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais.

6.3.1 Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM n.º 400/03, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 7.500 (sete mil e quinhentas) Debêntures suplementares ("Debêntures Suplementares"), destinadas exclusivamente a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da Oferta, que somente poderá ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Emissora até a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*.

6.3.2 Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM n.º 400/03, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) poderá ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 10.000 (dez mil) Debêntures adicionais ("Debêntures Adicionais"), que poderão ser emitidas pela Emissora em comum acordo com os Coordenadores até a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*.

6.4 *Valor nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal").

6.5 *Séries.* A emissão será realizada em série única.

6.6 *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco do Brasil S.A., prestador de serviços de escrituração e de banco



mandatário das Debêntures ("Instituição Depositária", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder a Instituição Depositária na prestação dos serviços previstos nesta Cláusula), e, adicionalmente, (i) para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta um relatório de posição de ativos, acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos; e (ii) para as Debêntures custodiadas na CBLC, será expedido por esta relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLC; que, igualmente, em ambos os casos, servirão de comprovante de titularidade de Debêntures.

- 6.7 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações.
- 6.8 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei n.º 6.404/76.
- 6.8.1 Tendo em vista que (i) na data de assinatura desta Escritura de Emissão, o capital social da Emissora é de R\$3.508.271.820,78 (três bilhões, quinhentos e oito milhões, duzentos e setenta e um mil, oitocentos e vinte reais e setenta e oito centavos); e (ii) a emissão das Debêntures, incluindo a eventual emissão das Debêntures Suplementares e das Debêntures Adicionais, somada às debêntures da 12ª emissão, ainda não canceladas ou resgatadas, no valor de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e às debêntures da 13ª emissão, ainda não canceladas ou resgatadas, no valor de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), totaliza R\$1.275.000.000,00 (um bilhão, duzentos e setenta e cinco milhões de reais); o limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76 está atendido.
- 6.9 *Data de emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de setembro de 2006 ("Data de Emissão").
- 6.10 *Prazo e data de vencimento.* O prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de setembro de 2011 ("Data de Vencimento").
- 6.11 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal das Debêntures será pago em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento.
- 6.12 *Atualização Monetária.* O Valor Nominal não será atualizado.
- 6.13 *Remuneração.* Sobre o Valor Nominal das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet





(<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido abaixo), conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento ("Remuneração").

6.13.1 A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de março de 2007 e, o último, na Data de Vencimento. Farão jus à Remuneração os titulares das Debêntures ao final do 1º (primeiro) dia útil anterior à respectiva data de pagamento.

6.13.2 A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$JR = VN \times [FatorDI - 1]$ , onde:

JR = valor da Remuneração, devida nas datas dos seus respectivos vencimentos, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VN = Valor Nominal no início de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{S}{100} \right) \right]$ , onde:

$n_{DI}$  = número total de Taxas DI, sendo " $n_{DI}$ " um número inteiro;

$TDI_k$  = Taxa DI expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$ , onde:

$k = 1, 2, \dots, n$ ;

$DI_k$  = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia " $k$ ";

$d_k$  = número de dias úteis correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo " $d_k$ " um número inteiro; e



S = percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, a ser definido no Procedimento de Bookbuilding.

O fator resultante da expressão  $[1 + (TDI_k \times S/100)]$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $[1 + (TDI_k \times S/100)]$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante FatorDI com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Define-se "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. O valor da Remuneração será agregado ao Valor Nominal das Debêntures para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. O pagamento da Remuneração será exigível somente no final de cada Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura de Emissão.

6.13.3 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

6.13.4 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do evento, realizar assembléia geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida do percentual aplicável.



- 6.13.5 No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, e (i) caso seja apontado substituto legal à Taxa DI, será utilizado tal substituto legal, devendo o Agente Fiduciário, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da substituição, realizar assembleia geral de Debenturistas para ratificar tal substituto legal; ou (ii) caso não seja apontado substituto legal à Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data da extinção ou da impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, realizar assembleia geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado, sendo que, até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida do percentual aplicável.
- 6.13.6 Na assembleia geral de Debenturistas a que se referem as Cláusulas 6.13.4 e 6.13.5 acima, Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, e a Emissora, decidirão ou ratificarão, conforme aplicável, o novo parâmetro de remuneração. Em não havendo acordo sobre o novo parâmetro, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da realização da respectiva assembleia geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Neste caso, para cálculo da remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida do percentual aplicável. As Debêntures assim resgatadas serão canceladas pela Emissora. O resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio ou penalidade de qualquer natureza.
- 6.14 *Repactuação.* Não haverá repactuação programada.
- 6.15 *Resgate antecipado facultativo.* Não haverá resgate antecipado facultativo de quaisquer das Debêntures.
- 6.16 *Aquisição facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, mediante publicação de aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, adquirir Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e





quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

- 6.17 *Encargos moratórios.* Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso continuará a ser remunerado nos termos da Remuneração aplicável e, além disso, ficará sujeito a multa moratória de 2% (dois por cento), e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios"), além das despesas incorridas para a cobrança, desde que devidamente comprovadas.
- 6.18 *Decadência dos direitos aos acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.
- 6.19 *Local de pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por intermédio da CETIP ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na CBLC.
- 6.19.1 Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Instituição Depositária, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, toda a documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei.
- 6.20 *Prorrogação dos prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos.



6.21 *Vencimento antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.21.1, 6.21.2 e 6.21.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação, do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (e, ainda, no caso do inciso II abaixo, dos Encargos Moratórios), independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:

- I. (a) decretação de falência da Emissora ou de qualquer Controlada (conforme definido abaixo); ou (b) pedido de recuperação judicial ou apresentação para discussão junto a credores ou homologação de plano de recuperação extrajudicial formulado pela Emissora ou por qualquer Controlada;
- II. não pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, da Remuneração e/ou de quaisquer outros valores devidos aos Debenturistas nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados das suas respectivas datas de vencimento;
- III. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em até 30 (trinta) dias contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário;
- IV. na hipótese das declarações prestadas na Cláusula 10 abaixo provarem-se falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante;
- V. protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou qualquer Controlada, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM (conforme definido abaixo), ou seu contravalor em outras moedas, salvo se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (b) o protesto foi cancelado; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo;
- VI. não pagamento, pela Emissora ou por qualquer Controlada, de qualquer Dívida (conforme definido abaixo) cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM, ou seu contravalor em outras moedas, se tal inadimplemento



não for sanado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de vencimento de tal Dívida, antecipada ou prevista no respectivo contrato (incluindo, se aplicável, o eventual prazo de cura previsto no respectivo contrato) ressalvado que não será considerada vencida qualquer Dívida que seja objeto de contestação legítima e de boa-fé por parte da Emissora ou da Controlada, conforme o caso;

- VII. mudança do objeto social da Emissora;
- VIII. não manutenção, pela Emissora, de seguro adequado para os seus bens, conforme práticas correntes de mercado, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário;
- IX. pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, pela Emissora, quando esta estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei n.º 6.404/76; e
- X. na hipótese da Emissora ou de qualquer Controlada incorrer em ou emitir, direta ou indiretamente, qualquer Dívida, salvo se o índice e limite financeiro Dívida Líquida/EBITDA (conforme definido abaixo), já refletindo a Dívida a ser incorrida, for inferior a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) para 1 (um), não sanado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data em que houver o respectivo desenquadramento, sendo certo entretanto que a Emissora e/ou qualquer Controlada poderá sempre incorrer em ou emitir Dívida cujos recursos sejam utilizados para refinarciar qualquer Dívida existente, limitada ao mesmo montante e com vencimento igual ou superior ao vencimento da Dívida refinanciada. Em caso de aquisição, incorporação, fusão, cisão ou alienação de ativos ou participações societárias pela Emissora e/ou qualquer Controlada ocorrida no período de 12 (doze) meses imediatamente anterior a uma data de apuração do índice de Dívida Líquida/EBITDA, o cálculo do EBITDA (conforme definido abaixo) será realizado mediante elaboração de demonstrativo de resultado consolidado *pro forma* da Emissora na respectiva data de apuração do índice, relativo ao período de 12 (doze) meses imediatamente anterior, de forma a sempre refletir (no caso de aquisição, incorporação ou fusão) ou excluir (no caso de cisão ou alienação) o resultado de tais ativos ou participações societárias no período de 12 (doze) meses imediatamente anterior.



- 6.21.1 Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos incisos I e II da Cláusula 6.21 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.
- 6.21.2 Ocorrendo quaisquer dos demais eventos previstos na Cláusula 6.21 acima (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.21.1 acima), o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.5 e 8.5.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, sendo certo entretanto que caso a Emissora comprove que o evento objeto da convocação da assembleia geral de Debenturistas foi sanado antes da data da sua realização, poderão os Debenturistas que representem, no mínimo, 1/3 (um terço) das Debêntures em circulação, deliberar pela não declaração do vencimento antecipado, caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da mesma assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.
- 6.21.3 Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso II da Cláusula 6.21 acima, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 2 (dois) dias úteis contados de comunicação neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.
- 6.21.4 Para os fins desta Escritura de Emissão, aplicam-se as seguintes definições:
- "Controlada" significa qualquer sociedade, entidade ou pessoa jurídica da qual, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação com direito a voto seja de titularidade, direta ou indiretamente, (i) da Emissora; (ii) da Emissora e de uma ou mais Controladas da Emissora; ou (iii) de uma ou mais Controladas da Emissora.





"Dívida" significa qualquer obrigação pecuniária classificada como empréstimo, financiamento ou emissão pública ou privada de títulos ou valores mobiliários, conversíveis ou não, no mercado local e/ou internacional (exceto obrigações decorrentes de fundos de investimentos em direitos creditórios), conforme reportado nas mais recentes demonstrações financeiras consolidadas disponíveis da Emissora, elaboradas segundo os princípios contábeis determinados pela legislação brasileira e pela regulamentação da CVM.

"Dívida Líquida" significa, em qualquer data de apuração, o valor agregado da Dívida da Emissora e suas Controladas consolidadas decrescido do somatório de (sem duplicação) caixa e equivalentes, aplicações e receitas financeiras e títulos e valores mobiliários, conforme cada um dos itens acima são reportados nas mais recentes demonstrações financeiras consolidadas disponíveis da Emissora, elaboradas segundo os princípios contábeis determinados pela legislação brasileira e pela regulamentação da CVM.

"EBITDA" significa, relativamente ao mais recente período concluído de 4 (quatro) trimestres consecutivos, receita líquida consolidada menos custo consolidado de vendas e/ou serviços menos despesas consolidadas com vendas, gerais e administrativas mais depreciação ou amortização incluídas no custo consolidado de vendas e/ou serviços e nas despesas consolidadas com vendas, gerais e administrativas mais outras receitas operacionais consolidadas menos outras despesas operacionais consolidadas, conforme cada um dos itens acima são reportados nas mais recentes demonstrações financeiras consolidadas disponíveis da Emissora, elaboradas segundo os princípios contábeis determinados pela legislação brasileira e pela regulamentação da CVM.

"Dívida Líquida/EBITDA" significa, a qualquer tempo, a relação de Dívida Líquida na data da apuração pelo EBITDA.

"IGPM" significa Índice Geral de Preços – Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

- 6.22 *Publicidade.* Exceto pelo Anúncio de Início, pelo anúncio de encerramento da Oferta ("Anúncio de Encerramento"), pelo aviso ao mercado a que se refere o artigo 53 da Instrução CVM n.º 400/03 e por eventuais outros avisos aos investidores que sejam publicados até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, que somente serão publicados nos jornais "Gazeta Mercantil", edição nacional, e "A Tarde", todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no Diário Oficial do Estado da Bahia, nos jornais "Gazeta Mercantil", edição nacional, e "A Tarde" e na página da Emissora na rede mundial de computadores ([www.braskem.com.br](http://www.braskem.com.br)), em até 10 (dez) dias contados da ciência do ato a ser





divulgado, devendo os prazos para manifestação dos Debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor e nesta Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, ser de, no mínimo, de 10 (dez) dias úteis contados da data da publicação do aviso. A Emissora poderá alterar os jornais acima por outros jornais de grande circulação, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, nos jornais a serem substituídos.

- 6.23 *Comunicações.* As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de recebimento dos respectivos originais.

I. para a Emissora:

Braskem S.A.  
Rua Eteno 1561, Pólo Petroquímico  
42810-000 Camaçari, BA  
At.: Paul Altit – Diretor de Relações com Investidores  
Telefone: (11) 3443-9661  
Fac-símile: (11) 3443-9532  
Correio Eletrônico: [paul.altit@braskem.com.br](mailto:paul.altit@braskem.com.br)

II. para o Agente Fiduciário:

SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.  
Rua Dr. Renato Paes de Barros 717, 6º andar  
04530-001 São Paulo, SP  
At.: Felipe Coimbra Alois André  
Telefone: (11) 3048-9763/9915  
Fac-símile: (11) 3048-9888  
Correio Eletrônico: [debentures@slw.com.br](mailto:debentures@slw.com.br)

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data de término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (incluindo a Instrução CVM



n.º 247, de 27 de março de 1996, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 247/96"), e demais normas de consolidação emitidas pela CVM), explicitando as rubricas necessárias à apuração do índice a que se refere o inciso X da Cláusula 6.21 acima, acompanhadas de declaração de que está em dia com o cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e de inexistência de qualquer evento de vencimento antecipado previsto na Cláusula 6.21 acima;

- (b) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (incluindo a Instrução CVM n.º 247/96 e demais normas de consolidação emitidas pela CVM), explicitando as rubricas necessárias à apuração do índice a que se refere o inciso X da Cláusula 6.21 acima, acompanhadas de declaração de que está em dia com o cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e de inexistência de qualquer evento de vencimento antecipado prevista na Cláusula 6.21 acima;
- (c) as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada, com a mesma periodicidade de envio dessas informações à CVM;
- (d) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas, no prazo de até 5 (cinco) dias contados das datas das respectivas publicações;
- (e) qualquer informação relevante para as Debêntures que lhe venha a ser solicitada, de maneira razoável, por escrito, pelo Agente Fiduciário, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação; e
- (f) informações a respeito de qualquer dos eventos previstos na Cláusula 6.21 acima, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua ocorrência; referidas informações deverão vir acompanhadas de relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência. Caso essas informações decorram de evento, ato ou fato que enseje a publicação de fato relevante pela Emissora, nos termos da Instrução CVM n.º 358,



de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, a divulgação de tal evento, ato ou fato ao Agente Fiduciário deverá ocorrer concomitantemente à sua divulgação ao mercado, observado o prazo máximo previsto nesta alínea;

- II. manter válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações necessários ao regular funcionamento da Emissora, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto;
- III. submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras consolidadas a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- IV. manter atualizado o registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar aos seus acionistas e Debenturistas, pelo menos anualmente e quando solicitado, as demonstrações financeiras consolidadas previstas no artigo 176 da Lei n.º 6.404/76;
- V. estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- VI. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e BovespaFix);
- VII. contratar, para o início da Oferta, às suas expensas, agência de classificação de risco para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, (a) atualizá-la anualmente, até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue os relatórios com as súmulas das classificações de risco; e (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de seu recebimento pela Emissora; e
- VIII. aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 4.1 acima.

## 8. AGENTE FIDUCIÁRIO

- 8.1 A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto desta Escritura de Emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário e interveniente, que, neste ato, e



na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar, perante a Emissora, a ~~comunhão dos~~ Debenturistas, declarando que.

- I. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei n.º 6.404/76, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 28/83"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- II. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- III. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil;
- IV. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28/83;
- V. está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- VI. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- VII. aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
- VIII. verificou a observância, pela Emissora, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76;
- IX. é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- X. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- XI. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- XII. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exeqüível de acordo com os seus termos.



8.2 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade:

- I. receberá uma remuneração (a) de R\$18.000,00 (dezoito mil reais) por ano, devida pela Emissora, sendo a primeira remuneração anual devida até o 5º (quinto) dia útil contado da data de concessão do registro da Oferta pela CVM, e as demais, a cada 12 (doze) meses; (b) reajustada anualmente, desde a data de assinatura desta Escritura de Emissão, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou pelo índice que eventualmente o substitua; e (c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, a Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF e quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- II. poderá, a partir do 30º (trigésimo) dia de inadimplência no pagamento da remuneração a que se refere o inciso I acima por parte da Emissora, emitir boleto de cobrança do valor em atraso para os Debenturistas, na proporção de seus créditos, para poder continuar o Agente Fiduciário a prestar e manter a qualidade dos serviços contratados;
- III. será reembolsado pela Emissora por todas as despesas que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da entrega dos documentos comprobatórios neste sentido, incluindo despesas com:
  - (a) especialistas, caso sejam considerados necessários em base razoável, tais como auditoria, fiscalização, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas;
  - (b) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
  - (c) extração de certidões;
  - (d) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções e desde que razoáveis; e





- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas;

- IV. poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere o inciso III acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas em assembléia geral de Debenturistas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora, mediante correspondência neste sentido enviada pelo Agente Fiduciário, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação; e
- V. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso IV acima será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

8.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembléia geral de Debenturistas especialmente



convocada para esse fim, independentemente de anuência ou concordância da Emissora;

- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição;
- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora e aprovada pela assembléia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Emissora efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente;
- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Emissora e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.22 e 6.23 acima;
- IX. o Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures; e



- X. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.
- 8.4 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
  - II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
  - III. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
  - IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
  - V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
  - VI. verificar a observância, pela Emissora, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
  - VII. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
  - VIII. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e as averbações de seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; nesse caso, o oficial do cartório de registro notificará a Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
  - IX. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
  - X. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;



- XI. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Emissora perante órgãos e entidades públicas e cartórios de ofícios de registros públicos, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública ou trabalhistas, cartórios de protesto, Procuradoria da Fazenda Pública;
- XII. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- XIII. convocar, quando necessário, assembléia geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos veículos de comunicação referido na Cláusula 6.22 acima e enviar à CVM, à CETIP e à Bovespa, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à assembléia geral de Debenturistas tão logo tome ciência da mesma;
- XIV. comparecer à assembléia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM, à CETIP e à Bovespa, no mesmo dia da realização da assembléia geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da assembléia geral de Debenturistas;
- XV. elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei 6.404/76, que deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) aquisição facultativa e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures;
  - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;



- (g) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora;
  - (h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
  - (i) resgate, amortização, conversão e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, conforme aplicável, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; e
  - (j) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- XVI. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XV acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Emissora, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP, na Bovespa e na sede da instituição líder da Oferta;
- XVII. publicar, às expensas da Emissora, mediante aprovação prévia de orçamento nos órgãos da imprensa em que a Emissora deve efetuar suas publicações, nos termos da Cláusula 6.22 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XV acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XVI acima;
- XVIII. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária, à CETIP e à Bovespa, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, a Instituição Depositária, a CETIP e a Bovespa a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XIX. coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
- XX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- XXI. notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou, ou, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar, deveria ter tomado, conhecimento, de qualquer





inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Emissora, à CVM, à CETIP e à Bovespa;

XXII. fazer com que a Emissora cumpra sua obrigação relativa à atualização, ao menos anual, da classificação de risco das Debêntures e à divulgação da mesma, tudo nos termos do inciso VII da Cláusula 7.1 acima, e encaminhar à ANBID cópia das referidas atualizações no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data em que tiver recebido da Emissora, conforme previsto no inciso VII da Cláusula 7.1 acima, ou da data em que tiver sido divulgado pela agência classificação de risco, o que ocorrer primeiro; e

XXIII. convocar, quando necessário, assembléia geral de Debenturistas.

8.5 No caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.21 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, principalmente as Cláusulas 6.21, 6.21.1, 6.21.2 e 6.21.3 acima, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;
- III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
- IV. representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5.1 Observado o disposto nas Cláusulas 6.21, 6.21.1, 6.21.2 e 6.21.3 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I, II e III acima da Cláusula 8.5 acima se, convocadas as assembléias gerais de Debenturistas, estas assim o autorizarem por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese do inciso IV da Cláusula 8.5 acima, será suficiente a deliberação de Debenturistas representando a maioria das Debêntures em circulação.



9. ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.
- 9.2 A assembléia geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.
- 9.3 A assembléia geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum. Independentemente das formalidades previstas na Lei n.º 6.404/76 e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a assembléia geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em circulação.
- 9.4 A presidência da assembléia geral caberá ao Debenturista eleitos pelos próprios Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.
- 9.5 Nas deliberações da assembléia geral de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.5.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembléia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.
- 9.5.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.5 acima:
- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
  - II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, (a) dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (b) da Remuneração, exceto pelo disposto nas Cláusulas 6.13.4 e 6.13.5 acima; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (d) da Data de Vencimento; (e) da espécie das Debêntures; (f) criação de resgate antecipado facultativo; (g) criação de evento de repactuação; ou (h) da aprovação prévia a que se refere o artigo 231 da Lei n.º 6.404/76.
- 9.6 Para os fins de apuração (i) do quorum de instalação em qualquer assembléia geral de Debenturistas, serão excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora, ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora, ou a qualquer coligada da Emissora, ou qualquer de



seus diretores, conselheiros ou parentes até o segundo grau; e (ii) do quorum de deliberação em qualquer assembleia geral de Debenturistas, além do disposto no item (i) acima, também serão excluídos os votos em branco.

- 9.7 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à assembleia geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva assembleia geral de Debenturistas.
- 9.8 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora na assembleia geral de Debenturistas.
- 9.9 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembleia geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.10 Aplica-se à assembleia geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76, sobre a assembleia geral de acionistas.

#### 10. DECLARAÇÕES DA EMISSORA

##### 10.1 A Emissora neste ato declara que:

- I. é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- II. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastante para tanto;
- III. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, bem como todas as aprovações, autorizações e consentimentos necessários foram obtidos e encontram-se válidos, eficazes e em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração e os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas, bem como a colocação das Debêntures, (a) não infringem (i) o estatuto social da Emissora; (ii) qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora ou suas Controladas, diretas ou indiretas, seja parte; (iii) qualquer legislação ou regulamentação a que a Emissora ou suas Controladas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades, estejam sujeitos;



ou (iv) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora ou suas Controladas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades; e (b) não resultarão em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer contratos ou instrumentos do qual a Emissora ou suas Controladas, diretas ou indiretas, seja parte; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou de qualquer de suas Controladas, diretas ou indiretas, exceto por aqueles já existentes na data de assinatura desta Escritura de Emissão; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- VI. está adimplente com o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- VII. o prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e o Prospecto Definitivo (o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo em conjunto, "Prospectos") (a) conterão, nas suas respectivas datas, (i) todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora e suas controladas, diretas ou indiretas, no contexto da Oferta, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, insuficientes, inconsistentes, incorretas ou inverídicas; e (ii) as informações, fatos e declarações em relação à Emissora e suas controladas, diretas ou indiretas, necessárias para que os investidores possam formar criteriosamente a sua decisão de investimento nas Debêntures, sendo essas informações, fatos e declarações verdadeiras, completas, precisas, claras, atuais, objetivas, em linguagem acessível; e (b) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo as normas da CVM e as do Código de Auto-Regulação ANBID;
- VIII. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos em relação à Emissora, às suas controladas diretas e indiretas e às suas coligadas, foram dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- IX. que não há outros fatos em relação à Emissora, suas controladas, diretas ou indiretas e coligadas, ou às Debêntures cuja omissão, no contexto desta Oferta, faça com que alguma declaração do Prospecto seja enganosa, insuficiente, incorreta ou inverídica, sendo que, com relação exclusivamente às coligadas, esta declaração limita-se aos



fatos que sejam de conhecimento da Emissora em decorrência da sua condição de acionista minoritária dessas coligadas;

- X. as demonstrações financeiras da Emissora, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 e ao período encerrado em 30 de junho de 2006 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
  - XI. exceto pelas informadas no Prospecto, não há, nesta data, nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora ou nas suas controladas, diretas ou indiretas, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades;
  - XII. obteve todas as aprovações necessárias, sejam de caráter interno ou emitidas por entidades governamentais competentes, com relação à emissão das Debêntures e à Oferta; e
  - XIII. não tem ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da legislação aplicável.
- 10.1.1 A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário e os Coordenadores, bem como seus respectivos diretores, empregados e consultores, por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.
- 10.1.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.1.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas na data em que foram prestadas.

## 11. DESPESAS

- 11.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Depositária e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.





12. RENÚNCIA

- 12.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

- 13.1 Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.
- 14.2 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.



15. FORO

- 15.1 Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

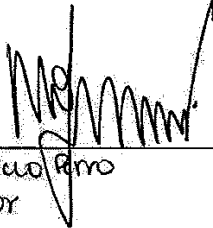
Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

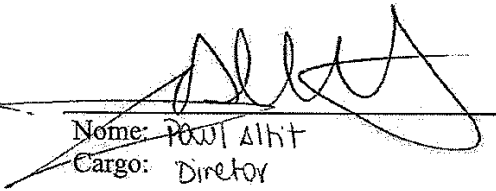
São Paulo, 24 de agosto de 2006.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes).



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES QUIROGRAFÁRIAS E  
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA 14ª EMISSÃO DE BRASKEM S.A., CELEBRADA EM  
24 DE AGOSTO DE 2006 ENTRE BRASKEM S.A. E SLW CORRETORA DE  
VALORES E CÂMBIO LTDA. – PÁGINA DE ASSINATURAS 1/3.

 BRASKEM S.A.  
Nome: Mauricio Rmo  
Cargo: Diretor

  
Nome: Paul Albit  
Cargo: Diretor



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES QUIROGRAFÁRIAS E  
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA 14ª EMISSÃO DE BRASKEM S.A., CELEBRADA EM  
DE \_\_\_\_\_ DE 2006 ENTRE BRASKEM S.A. E SLW CORRETORA DE  
VALORES E CÂMBIO LTDA. – PÁGINA DE ASSINATURAS 2/3.

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

Nome: Reda Maria de  
Cargo: Socio


Nome: Edipe Coimbra Aloi André  
Cargo: Depto. Agente Fiduciário  
GER JURÍDICO




CONFIDENTIAL

~~CONFIDENTIAL~~

Andreas

 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 30/08/2006  
SOB Nº: ED000264002  
Protocolo: 06/145144-4  
Empresa: 29 3 0000693 9  
BRASKEM S/A

  
LAFAYETTE-PONDÉ FILHO  
SECRETARIO-GERAL